

É o parecer.

À consideração superior.

ANA LINA BRITO CAVALCANTE E MENESES
PROCURADORA-CHEFE ADJUNTA DA CONSULTORIA JURÍDICA

KILDERE RONNE DE CARVALHO SOUZA
PROCURADOR-CHEFE DA CONSULTORIA JURÍDICA

APROVO o Parecer Referencial PGE/CJ nº 03/2024.

Fixo o prazo de validade do parecer da data da publicação até 1º de novembro de 2025.

Encaminhem-se os autos para publicação no Diário Oficial do Estado. Após, divulgue-se no sítio eletrônico da PGE.

FRANCISCO GOMES PIEROT JÚNIOR
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 31992, datada de 12 de novembro de 2024.)

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ - PGE-PI
PROCURADORA ANA LINA

PARECER REFERENCIAL PGE/CJ Nº 04/2024

PROCESSO Nº 00227.004060/2024-22

INTERESSADO FUNDAÇÃO PIAUI PREVIDÊNCIA

ASSUNTO: Agente de Tributos. Concessão de aposentadoria. Transposição de Cargos.

PARECER REFERENCIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE APOSENTADORIA. AGENTE DE TRIBUTOS. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS, COM BASE EM DISPOSITIVO LEGAL MANIFESTAMENTE INCONSTITUCIONAL. 1. Na hipótese em que o ingresso do interessado ocorreu em emprego diverso, e, posteriormente, houve transposição ao cargo de Técnico da Fazenda Estadual, com fundamento no art. 4º, § 2º, da LC nº 62/2005, via Decreto, há violação do art. 37, II, da CF e da Súmula Vinculante nº 43 do STF. 2. Apesar da evidente inconstitucionalidade do dispositivo da lei estadual, encontra-se ele, até a presente data, vigente e eficaz, razão por que se orienta: que deve o Chefe do Poder Executivo ser comunicado quanto à inconstitucionalidade do art. 4º, § 2º, da LC nº 62/2005, para que tome as providências pertinentes a seu cargo; uma vez afastada a aplicabilidade da mencionada norma por decreto ou mediante ação direta de inconstitucionalidade, o ato de enquadramento poderá ser anulado, garantida ampla defesa e contraditório; e caso o Chefe do Poder Executivo, mesmo comunicado, fique silente, cumpre à autoridade consulente - no caso, o titular da Fundação Piauí Previdência - dar cumprimento ao



decreto de enquadramento, dada sua condição de autoridade subordinada no Poder Executivo, e deferir o benefício de aposentadoria, considerando o cargo público atualmente ocupado. 3. Nesta última hipótese, isto é, caso o Chefe do Poder Executivo, mesmo comunicado, fique silente, tem-se que, antes de deferir o benefício, deve-se observar se foram preenchidos todos os requisitos da regra eleita, em especial o tempo na carreira e o tempo no cargo, se houver tais exigências. 4. Opinativo expedido para o fim de racionalização da atividade consultiva da consultoria jurídica. Uniformização de entendimento que gera, inclusive, maior segurança jurídica ao gestor público. 5. Parecer que, uma vez aprovado pelas instâncias superiores da PGE/PI, poderá ser aplicado aos casos idênticos. 6. Recomendação para a juntada de cópia do parecer referencial aos processos administrativos. 7. Fica dispensada a análise de caso concreto pela Procuradoria Geral do Estado, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado,

1. RELATÓRIO

O Presidente da Fundação Piauí Previdência, no OFÍCIO Nº: 3751/2024/PIAUIPREV-PI/GAB, solicita, com fulcro no art. 4º da Portaria PGE-PI-GAB nº 49 de 13 de outubro de 2024, publicada no dia 22/10/2024, no DOE nº 207/2024, "a manifestação Jurídica através de Parecer Referencial para que se aplique ao cargo de Agente de Tributos da Fazenda Estadual, do grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF, Art. 4º, Inciso I, alínea C, § 2º, da LC nº 62/2005, admitido sem concurso público, da Secretaria de Estado da Fazenda."

É o que basta para relatar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DO PARECER REFERENCIAL E DO SEU CABIMENTO NOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA.

Em relação à utilização do Parecer Referencial com vistas a regular a matéria em questão, cumpre salientar que o aludido instituto encontra previsão no Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado do Piauí (RIPGE), Resolução CSPGE nº 01, de 25 de outubro de 2024 (publicada no DOE nº 212, de 29 de outubro de 2024), especificamente nos arts. 103 a 108. Segundo o art. 103 do RIPGE:

"Art. 103. Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da Chefia das Procuradorias Especializadas interessadas, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos"

Trata-se de instrumento jurídico franqueado aos Procuradores do Estado do Piauí, no esteio da prática já adotada por outras Procuradorias, direcionado à otimização e racionalização dos trabalhos decorrentes do exercício da competência de consultoria jurídica deste órgão.

O §1º, do Art. 103 do RIPGE assim o define:

"Art. 103 (...)



§ 1º Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas."

Com isso, dá-se concretude ao comando gravado no art. 30, caput, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), uniformizando entendimentos e aumentando a segurança jurídica na atuação estatal. Noutra banda, o RIPGE prevê que "a juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Procuradorias Especializadas competentes" (Art. 103, § 2º, RIPGE), bastando a Administração instruir o processo com cópia do parecer referencial e a declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do opinativo e que serão seguidas as orientações nele contidas.

Especificamente quanto à matéria previdenciária, o Procurador-Geral do Estado autorizou a utilização de Pareceres Referenciais na Portaria PGE-PI GAB Nº 49, de 13 de outubro de 2024, que regula a forma de controle das manifestações da Consultoria Jurídica pela referida autoridade nos processos administrativos de concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte. Transcrevem-se:

"Art. 3º Fica dispensada a análise individualizada, pela Chefia da Consultoria Jurídica e pelo Gabinete do Procurador-Geral do Estado, dos processos de concessão de aposentadoria e pensão por morte quando houver pareceres normativos, pareceres referenciais, pareceres vinculados e súmulas administrativas vigentes sobre o tema em discussão. § 1º Para os fins desta portaria, considera-se: (...)

II - parecer referencial: o parecer da PGE emitido quando houver processos administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado;"

Art. 4º. Nos processos de concessão de aposentadoria e pensão por morte em que inexista dúvida jurídica objetiva e não haja precedente fixado na forma do art. 3º desta portaria, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

I - a unidade técnica da entidade gestora do RPPS deverá classificar e agrupar o maior número possível de processos por tema ou por regra aplicável;

II - agrupados os processos, deverá selecionar um ou dois casos representativos de cada tema ou regra e solicitará ao dirigente da entidade gestora do RPPS o encaminhamento de consulta à PGE, para a elaboração de parecer normativo ou parecer referencial;

III - os demais processos semelhantes terão o andamento sobrestado, sem remessa à PGE;

IV - os processos representativos serão distribuídos no âmbito da Consultoria Jurídica e terão andamento prioritário, ressalvados os casos cuja tramitação tem preferência por força de lei;



V - aprovado parecer normativo ou parecer referencial, os processos representativos serão devolvidos à entidade consulente, para fins de aplicação uniforme aos casos semelhantes, na forma do § 2º do art. 3º desta portaria.

In casu, trata-se da hipótese constante do artigo 4º, de modo que, uma vez aprovado o presente opinativo referencial, o processo deverá ser devolvido à entidade consulente, para fins de aplicação, não somente ao feito representativo enviado para análise, mas de forma uniforme aos casos semelhantes, na forma do V do art. 4º c/c § 2º do art. 3º desta portaria.

2.2. REGULARIDADE DA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO.

Segundo o disposto nos arts. 37, II, 40, caput, da CF/1988 e 1º, V, da Lei nº 9.717/1998, a concessão de benefício previdenciário no âmbito do regime próprio (RPPS) tem por pressuposto lógico a regularidade da investidura no cargo. Sem a prévia aprovação em concurso público, o agente fica excluído da cobertura do regime.

Presente a regularidade do ingresso no serviço público, configura-se efetividade no cargo e, por consequência, passa o titular a integrar regime próprio de previdência social, na qualidade de segurado. Porém, quem tem a situação funcional amparada no art. 19 do ADCT da CF, norma que assegura “estabilidade” aos que estavam em exercício há pelo menos cinco anos continuados antes da promulgação da Carta, não tem efetividade (cf. STF, ADI nº 4.876).

Todavia, na hipótese de servidor que ingressou sem prévia submissão a concurso público, sob o regime celetista (através de contrato de trabalho e/ou anotação CTPS), e teve o regime convertido em estatutário, seja com fundamento na Lei nº 3.988, de 04.03.1985 (cf. art. 3º dessa lei), seja em 1993, através do Decreto 8.864, ou pelo Decreto 8.867, com fundamento na Lei 4.546/1992 (com a respectiva comprovação), em caráter excepcional, vem sendo admitida a concessão do benefício, com base no despacho PGE/GAB nº 024/2019, aprovado com efeitos normativos (DOE nº 109, de 11.6.2019, p. 17) e, portanto, de observância obrigatória no âmbito desta PGE.

Salienta-se que, conquanto em 06.03.2023, tenha sido proferida decisão na ADPF 573, sobre a qual versava referido despacho, julgando parcialmente procedente o pedido, para conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 9º da Lei nº 4.546/1992, de modo a excluir do regime próprio de previdência social todos os servidores públicos não detentores de cargo efetivo, ou seja, os servidores públicos admitidos sem concurso público, inclusive aqueles abrangidos pelo art. 19 do ADCT-CF/88, correspondente ao art. 17 do ADCT da Constituição do Piauí, cabe ressaltar, desde logo, que houve modulação dos efeitos, ressaltando-se, assim, dos efeitos do julgado, os aposentados e aqueles que tenham implementado os requisitos para aposentadoria até 12 meses da data de publicação da ata de julgamento dos embargos declaratórios (até 17 de abril de 2024).

Desse modo, em qualquer caso, deve ser verificado se a parte interessada, pode, então, ser mantida no regime próprio dos servidores do Estado do Piauí, isto é, se implementou os requisitos para aposentadoria dentro do prazo fixado no julgamento dos embargos declaratórios na ADPF 573 (termo final em 17.04.2024).

2.3. DA MANIFESTA TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS.



Uma vez verificado no histórico funcional do agente de tributos que o ingresso do mesmo ocorreu em emprego/função diversa (conforme demonstre seu contrato de trabalho e/ou anotação em CTPS) e, posteriormente, houve transposição ao cargo de Técnico da Fazenda Estadual, com fundamento no art. 4º, § 2º, da LC nº 62/2005, através do Decreto nº 12.716/2007, entende-se violado o art. 37, II, da CF e a Súmula Vinculante nº 43 do STF.

Entretanto, a despeito da evidente inconstitucionalidade do dispositivo da lei estadual, encontra-se ele, até a presente data, vigente e eficaz. Não se tem notícia de ação de controle de constitucionalidade ou ato do chefe do Poder Executivo no sentido de afastar a sua aplicabilidade no âmbito estadual. A orientação da PGE-PI, então, é suscitar a inconstitucionalidade ao Governador do Estado, nos termos estritos dos arts. 2º, VI, e 6º, XXXVII, da Lei Complementar nº 56/2005, e, na hipótese de inércia da referida autoridade, verificar se o segurado preenche os requisitos para a aposentadoria no cargo atual.

Como se sabe, o e. Tribunal de Contas do Estado, por entender ainda vigente a Súmula nº 347/STF (“o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público”), resolveu, por meio de decisão unânime do seu Plenário (cf. o teor do Acórdão nº 401/2022 – SPL e Decisão nº 03/2022), pela “[...] modulação dos efeitos da inconstitucionalidade das transposições nos processos de inativação submetidos a julgamento do Tribunal de Contas, os quais serão analisados individualmente pelo relator que, com base nos princípios constitucionais, da boa-fé, da dignidade da pessoa humana, da segurança jurídica e da contributividade previdenciária, bem como considerando o serviço prestado ao Estado, deve reconhecer o direito à aposentadoria do servidor”.

Com todo o respeito à referida decisão do TCE, entende-se que aludido decisum não altera o entendimento outrora firmado pela PGE-PI quanto à inconstitucionalidade da transposição de cargos, visto que o ato de provimento derivado vulnera a Súmula Vinculante nº 43/STF e o TCE não afastou tal inconstitucionalidade, mas apenas modulou seus efeitos concretos.

No mais, há que se considerar que i) a decisão proferida pelo Plenário do e. TCE (v. Acórdão nº 401/2022) nos autos nº TC/019500/2021 não tem efeito vinculante sobre processos em curso na administração pública, incidindo apenas no âmbito interno da própria Corte de Contas, a fim de uniformizar o tratamento interno entre os diversos julgadores; ii) a administração do Estado do Piauí deve reverência à Constituição Federal, aos princípios discriminados no art. 37 da CF/1988, com especial destaque para o princípio da legalidade, às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal com eficácia contra todos e efeito vinculante (art. 102, § 2º, da CF/1988), bem como às súmulas vinculantes (art. 103-A da CF/1988), a exemplo da SV nº 43, acima citada; iii) subsiste íntegro o dever legal da Procuradoria de alertar ao Chefe do Poder Executivo acerca da inconstitucionalidade de leis e atos normativos (arts. 2º, VI, e 6º, XXXVII, da LC estadual nº 56/2005) e sugerir a tomada de providências para sanar o vício.

Assim, faz-se a seguinte orientação quanto às medidas cabíveis no que tange à transposição, se verificada no caso concreto:

a) deve o Chefe do Poder Executivo ser comunicado quanto à inconstitucionalidade do art. 4º, § 2º, da LC nº 62/2005, para que tome as providências pertinentes a seu cargo;

b) afastada a aplicabilidade da mencionada norma por decreto ou mediante ação direta de inconstitucionalidade, o ato de enquadramento poderá ser anulado, garantida ampla



defesa e contraditório;

c) caso o Chefe do Poder Executivo, mesmo comunicado, fique silente, cumpra à autoridade consulente - no caso, o titular da Fundação Piauí Previdência - dar cumprimento ao decreto de enquadramento, dada sua condição de autoridade subordinada no Poder Executivo, e deferir o benefício de aposentadoria, considerando o cargo público atualmente ocupado, desde que preenchidos os demais requisitos de acordo com a regra escolhida, atentando-se, em especial, quanto ao tempo de carreira e o tempo no cargo, se houver tais exigências na norma eleita pelo interessado.

2.4. AFERIÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA.

Dever-se-á observar se o(a) interessado(a) preenche os requisitos previstos na regra constante do Termo de Opção devidamente assinado pelo(a) mesmo(a) ou por seu representante.

Em se tratando de escolha pela regra do art. 3º da EC nº 47/2005, o agente de tributos que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se pela aludida norma, desde que tenha preenchido, cumulativamente, até 26.12.2019, quando entrou em vigor a EC nº 54/2019, os requisitos constantes dos incisos I e II do dispositivo, com possibilidade de redução da idade mínima, em conformidade com o inciso III. Veja-se:

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Ora, tendo havido a transposição de cargos, o requisito do inciso II só será cumprido se, a partir da data de publicação do Decreto que efetuiu a transposição de cargos até 26.12.2019 tiver transcorrido, no mínimo, 15 (quinze) anos, eis que a norma exige 15 (anos) anos na carreira. Considerando-se que as transposições para o cargo de agente de tributos ocorreram, notadamente, em 2007 (pelo Decreto nº 12.716), quanto aos servidores/servidoras alcançados por



aquele ato, pode-se, desde logo, inferir que não poderá ser aplicada a aludida regra.

Registra-se que essa regra permite o cálculo pelo critério da integralidade e reajuste pelo critério da paridade.

Para o caso de opção pelo art. 6º da EC nº 41/2003, o ingresso do(a) agente de tributos no serviço público deve ter ocorrido até 31.12.2003. Além disso, devem ter sido preenchidos, cumulativamente, os requisitos constantes dos incisos I, II, III e IV da norma até a data da entrada em vigor da EC nº 54/2019 (em 26.12.2019). Transcreve-se:

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
- IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Esta regra permite o cálculo pelo critério da integralidade e reajuste pelo critério da paridade.

Com base no art. 43, caput, do ADCT da CE/1989, o(a) agente de tributos deve ter ingressado no serviço público em cargo efetivo até 26.12.2019, e preencher, cumulativamente, os requisitos constantes dos incisos I, II, III, IV e V (com as alterações previstas nos §§ 1º e 2º, referentes aos aumentos de idade mínima e de pontos). Colha-se:

"Art. 43. O servidor público estadual que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º;
- II - 30 (trinta anos) de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;
- III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
- IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
- V - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis)



pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere o inciso I do caput será de 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2021, a pontuação a que se refere o inciso V do caput será acrescida de 1 (um) ponto a cada dois anos, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

§ 3º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso V do caput e o § 2º.

§ 4º Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do caput serão:

I - 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;

II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem; e

III - 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2022.

§ 5º O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V do caput para as pessoas a que se refere o § 4º, incluídas as frações, será de 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 2021, 1 (um) ponto a cada dois anos, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 57 da Constituição Estadual, desde que tenha, no mínimo, 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4º, 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - ao valor apurado na forma da lei, para o servidor público não contemplado no inciso I.

§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal e serão reajustados:

I - de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos o requisitos previstos no inciso I do § 6º; ou

II - nos termos estabelecidos para o regime geral de previdência social, na



hipótese prevista no inciso II do § 6º.

§ 8º Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I do § 6º ou no inciso I do § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:

I - se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;

II - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem."

Acaso a parte requerente preencha os requisitos para a concessão do benefício pleiteado, tenha ingressado antes de 31.12.2003 e, também, preencha a idade mínima do § 6º, I, sem optar por previdência complementar, faz jus à integralidade no cálculo e à paridade no reajuste do benefício (§ 7º, I, do mesmo art. 43). Caso contrário, os cálculos observarão o § 6º, II, e o § 7º, II, do art. 43 do ADCT da CE/1989.

Na hipótese de aposentadoria com base no art. 49, caput, do ADCT da CE/1989, o(a) agente de tributos deverá ter ingressado no serviço público até 26.12.2019 e poderá aposentar-se por essa regra caso preencha, cumulativamente, os requisitos constantes dos incisos I, II, III e IV da norma. Veja-se:

Art. 49. O servidor público estadual que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;



IV - período adicional de contribuição correspondente à metade do tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.

(...)

§ 2º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I - em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 57 da Constituição Estadual, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

II - em relação aos demais servidores públicos, ao valor apurado na forma da lei.

§ 3º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal e será reajustado:

I - de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 2º;

II - nos termos estabelecidos para o regime geral de previdência social, na hipótese prevista no inciso II do § 2º.

§ 4º O servidor público estadual que, até 1º de janeiro de 2023, conte com mais de 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se mulher, e com mais de 38 (trinta e oito) anos de contribuição, se homem, poderá aposentar-se voluntariamente com redução em 2 (dois) anos das idades previstas no inciso I do caput."

Se o(a) servidor(a) interessado(a) tiver ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e não tiver feito a opção de que trata o § 16 do art. 57 da Constituição Estadual, os cálculos observarão os critérios da integralidade e da paridade. Caso contrário, os cálculos observarão os §§ 2º, II, e 3º, II, do mesmo art. 49.

Cabe ressaltar que, se o pedido de aposentadoria for feito com base no art. 49, § 4º, do ADCT, o servidor deverá ter preenchido o requisito tempo de contribuição até 1º/01/2023 (se homem, mais 38 anos de contribuição, e se mulher, mais de 35 anos de contribuição), podendo o requisito da idade ser alcançado em momento posterior. E, uma vez implementados o tempo de contribuição e a idade (com a redução), bem como os demais requisitos estabelecidos no caput do artigo, cumulativamente, o servidor(a) poderá se aposentar de acordo com a referida norma. Esse entendimento foi firmado pela Procuradoria no Parecer PGE/CJ nº 581/2023.

No tocante ao pedido de aposentadoria com fulcro no art. 46, § 1º, I, do ADCT da CE/1989, o(a) servidor(a) poderá inativar-se por tal norma se preencher, cumulativamente, os requisitos das alíneas "a" e "b" do dispositivo, cita-se:

Art. 46. Até que entre em vigor lei estadual que discipline os benefícios do



regime próprio de previdência social dos servidores do Estado, aplica-se o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores públicos estaduais serão aposentados:

I - voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e

b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;

...

§ 4º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo serão apurados na forma da lei.

Art. 53. Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social do Estado, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições ao regime próprio de previdência social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

...

§ 2º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:

...

II - do § 4º do art. 46 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º e no § 4º deste artigo;

...

§ 7º Os benefícios calculados nos termos do disposto neste artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o regime geral de previdência social.

A regra de aposentadoria do art. 46, § 1º, I, do ADCT da CE/1989 não garante integralidade e nem paridade, sendo os proventos proporcionais, calculados conforme art. 53, caput e § 2º, do ADCT (para os que ingressaram no cargo antes da implantação do regime de previdência complementar e não fizeram a opção correspondente), e reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social (art. 53, § 7º, do ADCT da CE/1989).

Além disso, o(a) servidor(a) beneficiado(a) pelo art. 46, § 1º, I, do ADCT terá, no entendimento que vem sendo encampado pela Consultoria Jurídica, por proventos, importância que não encontrará limite, necessariamente, na remuneração paga pelo exercício do cargo de referência para a concessão da aposentadoria, podendo inclusive ultrapassá-lo, pois não há, afóra o caso do § 1º do art. 53, limite para o valor que a média possa alcançar.



No mais, seja qual for a regra abordada nesse parecer aquela a ser observada no caso concreto, cabe realçar que as parcelas não incorporáveis da remuneração devem ser excluídas do cálculo, em razão do caráter propter laborem (art. 1º, X e XI, da Lei nº 9.717/1998 c/c art. 43, § 1º, da Lei Complementar estadual nº 13/1994), e que a apuração do montante correto compete à PIAUÍPREV, não se recomendando a mera reprodução do contracheque.

Além disso, em relação à VPNI, que se refere ao Adicional de Remuneração Fazendário (anteriormente GIA), recomenda-se que a fixação do valor devido e limite mensal, observem o teor dos Pareceres PGE/CJ nº 188/2022, de 12.9.2022, e Parecer PGE/CJ nº 203/2023.

2.5. DA LISTA DE VERIFICAÇÃO.

Visando racionalizar e otimizar as análises dos processos de concessão de aposentadoria, além de conferir maior segurança jurídica ao gestor, este órgão de consultoria elaborou uma Lista de Verificação para os casos em questão. Assim, para padronizar o procedimento, os autos devem ser instruídos, naquilo que for cabível a cada processo específico, no mínimo, conforme a mencionada lista. Enumeram-se os documentos mínimos exigidos:

LISTA DE VERIFICAÇÃO:

a) Requerimento inicial. Observar se está preenchido corretamente, inclusive, quanto à opção ou não pelo regime de previdência complementar. Verificar também se há representação processual por outrem através da assinatura. Se sim, conferir se estão presentes os documentos do representante processual (procuração, documentos pessoais do representante). Se este for servidor estadual, deve apresentar declaração de não impedimento;

b) Termo de opção pela regra de aposentadoria devidamente preenchido e assinado;

c) Documentos pessoais, tais como RG, CPF, certidão de casamento ou de nascimento e comprovante de residência;

d) Declaração completa de IR ou declaração de isenção (no formulário da Receita Federal). A Declaração de IR permite observar as fontes pagadoras do servidor e, assim, verificar se, realmente, não há acumulação de cargos ou benefícios previdenciários, isto é, se há convergência ou não com as declarações de acumulação apresentadas pela parte. A exigência se fundamenta no art. 13, § 2º, da Lei 8.429/1992 ("Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (...) § 2º A declaração de bens a que se refere o caput deste artigo será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função");

e) Declaração de não acumulação de cargos públicos. Em caso de acumulação, encaminhar o processo para análise da Comissão de Acumulação de Cargos da Secretaria de Administração. Se remanescerem dúvidas acerca da licitude da acumulação, remeter o feito para apreciação da Procuradoria Geral do Estado;

f) Declaração de não acumulação de benefícios previdenciários. Em caso de acumulação, encaminhar o processo para análise da Comissão de Acumulação de Cargos da Secretaria de Administração. Se remanescerem dúvidas acerca da licitude da acumulação,



remeter o feito para apreciação da Procuradoria Geral do Estado. Além disso, se a acumulação for com pensão por morte cujo instituidor é cônjuge ou companheiro, verificar se é o caso de aplicação do § 2º do art. 24 da EC nº 103/2019;

g) Declaração de Vencimentos e Vantagens. Em havendo vantagem pessoal, declaração acerca da composição desta (de quais verbas se originou para possibilitar verificar se comporão os proventos ou não);

h) Relatório Ficha Financeira. Permite verificar, dentre outros, se há períodos em que não houve pagamento à parte (como em casos de desligamento em razão de PDV, demissão posteriormente anulada etc.), se havia recolhimento de contribuição previdenciária e para qual regime (RGPS ou RPPS);

i) Certidão acerca da existência de PAD, a ser expedida pelo órgão de origem SEFAZ. Exige-se o documento dada a previsão da LC nº 13/1994, segundo a qual: “Art. 192. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada”;

j) Certidão acerca da existência de PAD, a ser expedida pela CGE. Exige-se o documento dada a previsão da LC nº 13/1994, segundo a qual: “Art. 192. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada”;

k) Mapa de tempo de serviço atualizado;

l) Contrato de Trabalho celebrado nos moldes celetistas e/ou CTPS devidamente assinada;

m) Documento que comprove a mudança de regime celetista para estatutário;

n) Decreto em que foi efetuada a transposição de cargos, passando o interessado a ocupar cargo de Técnico da Fazenda Estadual, com base no art. Art. 4º, Inciso I, alínea c, § 2º, da LC nº 62/2005 e demais atos de enquadramento, progressão, promoção do servidor. Tais documentos permitem verificar a regularidade da situação funcional e em que cargo, classe e padrão deve se dar a inativação;

o) Declaração de tempo de contribuição;

p) Certidão de tempo de contribuição - CTC e portaria de averbação. Se houver averbação de tempo de contribuição, verificar se foi anexada aos autos a primeira via original da CTC (art. 189, § 1º, da Portaria MTP nº 1.467, de 02.06.2022). No entanto, tratando-se de documento eletrônico, deve-se aferir a autenticidade do documento por meio de consulta via internet (art. 201 da Portaria MTP nº 1.467, de 02.06.2022). Deverá compor o processo, ainda, a portaria ou ato de averbação;

q) Certidão expedida pelo TRT 22ª Região acerca de ações trabalhistas ajuizadas pela parte interessada. Se positiva a certidão, deve ser observada a necessidade de consulta prévia à Procuradoria Judicial a fim de saber a decisão foi reformada ou rescindida ou se remanesce a obrigação de cumprimento;

r) Documentos exigidos em caso de direitos e/ou vantagens obtidos mediante decisão judicial. Em caso de obtenção de direito ou vantagem por decisão judicial, tais como



nomeação, promoção, reintegração ou inclusão/majoração de vantagem remuneratória como o Adicional de Remuneração Fazendário (antiga GIA), deverá ser anexada cópia da decisão e do ato que lhe deu cumprimento. Recomenda-se, ainda, consulta prévia à Procuradoria Judicial a fim de saber a decisão foi reformada ou rescindida ou se remanesce a obrigação de cumprimento.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, submete-se o presente parecer ao crivo do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, bem como do Procurador-Geral do Estado, a fim de que, uma vez aprovado, possa ser utilizado como Parecer Referencial para os casos de aposentadoria voluntária apresentados por agentes de tributos, que foram admitidos sem concurso público e que tiveram transposição de cargo com base no Art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 62/2005.

Em caso de aprovação do presente parecer: I) sugere-se, consoante disposição contida no art. 104 do RIPGE, que seja fixado o prazo de validade de 1 (um) ano para este Parecer Referencial, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado; II) solicita-se seja determinada sua publicação no Diário Oficial do Estado e divulgação no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, conforme art. 108 do RIPGE.

É o parecer.

À consideração superior.

ANA LINA BRITO CAVALCANTE E MENESES

PROCURADORA-CHEFE ADJUNTA DA CONSULTORIA JURÍDICA

KILDERE RONNE DE CARVALHO SOUZA

PROCURADOR-CHEFE DA CONSULTORIA JURÍDICA

APROVO o Parecer Referencial PGE/CJ nº 04/2024.

Fixo o prazo de validade do parecer da data da publicação até 1º de novembro de 2025.

Encaminhem-se os autos para publicação no Diário Oficial do Estado. Após, divulgue-se no sítio eletrônico da PGE.

FRANCISCO GOMES PIEROT JÚNIOR

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 32039, datada de 12 de novembro de 2024.)

TERMOS

